

PROMOVENDO A INCLUSÃO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO: UM CAMINHO PARA O RESPEITO A DIVERSIDADE

Pedro Henrique da Silva Freitas

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: pedrofr.1507@gmail.com

Antônio Luís Felipe Benevides da Silva

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: luisfelipe_benevides@hotmail.com

Giovanna Lima Santos

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: giovanna.limasantos28@gmail.com

Kauan Pereira da Silva

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: 2022010452@unicatoliquixada.edu.br

Laíssa Maria Oliveira Marinho

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: laissa.marinho096@gmail.com

Lara Stéphaney Rodrigues Pimenta

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: larastephanypimenta@gmail.com

Lya Barros Costa

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: lyabcosta@gmail.com

Naira Carla Marques Aguiar

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: nairacarlaandrade@gmail.com

Pedro Henrique Leandro Teixeira

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: pedrohenrique93018@gmail.com

Sarah Rabelo Matos Estite

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: matossarah151@gmail.com

Ana Paula Maria Araújo Gomes

Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: paulagomes@unicatolicaquixada.edu.br

Pedro Rafael Malveira Deocleciano

Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica).

E-mail: pedrorafael@unicatolicaquixada.edu.br

RESUMO

A cartilha aborda conceitos cruciais como acessibilidade, inclusão e respeito à diversidade funcional, oferecendo percepções fundamentais para promover uma sociedade mais justa e igualitária. Com linguagem acessível e exemplos concretos, convida os leitores a refletirem sobre suas atitudes e ações, estimulando a empatia e o respeito mútuo. Define a pessoa com deficiência, discute como é realizada sua avaliação e destaca seus direitos, enfatizando a não discriminação. Aborda também a capacidade civil das pessoas com deficiência, seus direitos ao

trabalho, à saúde, ao transporte, à justiça, entre outros. Estamos abordando principalmente o acesso à educação, que é algo que mesmo atualmente ainda possui dificuldade para incluir PCD. O acesso à educação para pessoas com deficiência é um dos pontos mais críticos abordados pela cartilha. Embora a legislação brasileira, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, estabeleça diretrizes claras para a inclusão educacional, a realidade ainda apresenta muitos desafios. Faltam infraestrutura adequada, recursos pedagógicos específicos e capacitação dos profissionais de educação para lidar de maneira eficaz com as necessidades individuais de cada aluno com deficiência. A cartilha enfatiza a importância de políticas públicas robustas e do comprometimento das instituições de ensino para garantir que a inclusão não seja apenas um conceito teórico, mas uma prática real e cotidiana. Além da educação, a cartilha fornece dados estatísticos sobre a população com deficiência no Brasil, destacando desafios e disparidades enfrentados por esse grupo. Segundo o último censo do IBGE, aproximadamente 24% da população brasileira tem algum tipo de deficiência, o que ressalta a necessidade urgente de políticas inclusivas e de conscientização social. Os dados mostram que as pessoas com deficiência enfrentam maiores dificuldades no mercado de trabalho, acesso a serviços de saúde de qualidade, mobilidade urbana e participação social plena. A cartilha também aborda a questão da empregabilidade das pessoas com deficiência, destacando a importância de ambientes de trabalho inclusivos e acessíveis. Menciona programas de incentivo à contratação, adaptações razoáveis no local de trabalho e a necessidade de combater estereótipos e preconceitos que ainda permeiam a sociedade. No campo da saúde, destaca-se a necessidade de serviços médicos e terapêuticos acessíveis e adequados às necessidades específicas de cada indivíduo. Por fim, a cartilha sublinha a importância da participação ativa das pessoas com deficiência na elaboração e implementação de políticas públicas que as afetam diretamente. Promover a inclusão é um esforço coletivo que requer a colaboração de toda a sociedade, desde o governo até o cidadão comum, passando por organizações da sociedade civil e o setor privado. A cartilha é, portanto, um guia essencial para todos que desejam contribuir para uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária.

Palavras-chave: Direitos humanos. Pessoa com deficiência. Lei Brasileira de Inclusão. Educação em direitos humanos.